

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Trajetória recente aponta deterioração de contas públicas

Fazenda admite que rombo fiscal cresceu para R\$ 74,7 bi

Os analistas de mercado financeiro ouvidos mensalmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projetam que o governo entregará um resultado primário com déficit de R\$ 74,724 bilhões em 2025. A estimativa mostra um cenário menos favorável em relação ao documento anterior, de maio, que projetava um rombo de R\$ 72,7 bilhões, mas

No azul?

Para 2026, o Prisma projeta um resultado pior em relação ao mês anterior. O mercado estima um déficit de R\$ 81,488 bilhões em maio, a projeção era de rombo de R\$ 80,7 bilhões. O governo espera fechar as contas no azul no ano que vem, com superávit fiscal de 0,25% do PIB.



Mercado 'aposta' que ciclo de alta dos juros acabou

USB BB: Copom deverá encerrar ciclo de alta da Selic

A Selic deve ser mantida em 14,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na próxima reunião, na quarta-feira (18), segundo projeção do UBS BB. O time de analistas do banco aponta que a decisão deve marcar o fim do ciclo de alta de juros no Brasil.

O BC afirmou que “o comitê seguirá vigilante”.

Início da queda

Na visão do UBS BB, o que importa agora é a partir de quando o BC dará início a um ciclo de redução da taxa básica de juros, o que não deve ocorrer antes de abril de 2026, de modo que a inflação convirja à meta de 3% no horizonte relevante para a política monetária.

Ritmo

“Quando o BC começar a cortar a Selic, será em um ritmo de 50 pontos-base por reunião, com a taxa chegando a 11,75% em 2026, até chegar a 9%, no longo prazo”, diz o UBS, para quem o IPCA ficará acima da meta em 2025 e também em 2026, com alta de 5% e 4%, respectivamente.

Recuo

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) caiu 0,3 ponto, de 48,9 pontos para 48,6 pontos, de maio a junho, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com o resultado, a indústria chega ao sexto mês consecutivo sem confiança.

Viés negativo

Um dos subíndices do ICEI, o índice de condições atuais subiu 0,1 ponto (44,1 pontos). Abaixo de 50 pontos, o indicador aponta avaliação negativa de empresários e empresas sobre o momento da economia. Já o índice de expectativas recuou 0,4 ponto (50,9 pontos).

TCU adverte governo sobre distorção no cálculo fiscal

Ministros veem equívocos no cálculo do déficit das contas federais

Por Marcello Sigwalt

O uso recorrente de uma ‘metodologia’ propositalmente equivocada - com o objetivo de justificar uma suposta dificuldade de contingenciamento de recursos orçamentários - voltou a ser alvo de advertência, na última quarta-feira (11), do Tribunal de Contas da União (TCU) contra o governo federal, que já havia utilizado ‘expediente’ semelhante em relatórios encaminhados no ano passado.

A motivação maior do novo alerta é a insistência do Planalto em tomar como referência o limite inferior e não o centro da meta de resultado primário, como critério para efetuar o eventual congelamento de verbas do Orçamento.

A celeuma ganhou relevo por ocasião da análise das contas federais, pelo ministro-relator Jhonatan de Jesus, que apontou o erro no acordão que permitiu a aprovação, com ressalvas, das mencionadas contas.

A despeito do ‘surraído’ discurso de ‘déficit fiscal zero’, a



Tribunal alerta Executivo sobre o uso equivocado da banda inferior para o resultado primário

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

CMN (Conselho Monetário Nacional).

Ao se reportar ao congelamento previsto pelo governo, ainda no 1º relatório bimestral de receitas e despesas, no mês passado, o ministro Jorge Oliveira apontou que “o contingenciamento anunciado, de R\$ 20,7 bilhões, mira no limite inferior da meta”, de maneira semelhante ao

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

CMN (Conselho Monetário Nacional).

Ao se reportar ao congelamento previsto pelo governo, ainda no 1º relatório bimestral de receitas e despesas, no mês passado, o ministro Jorge Oliveira apontou que “o contingenciamento anunciado, de R\$ 20,7 bilhões, mira no limite inferior da meta”, de maneira semelhante ao

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

A motivação maior do novo alerta é a insistência do Planalto em tomar como referência o limite inferior e não o centro da meta de resultado primário, como critério para efetuar o eventual congelamento de verbas do Orçamento.

A celeuma ganhou relevo por ocasião da análise das contas federais, pelo ministro-relator Jhonatan de Jesus, que apontou o erro no acordão que permitiu a aprovação, com ressalvas, das mencionadas contas.

A despeito do ‘surraído’ discurso de ‘déficit fiscal zero’, a

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

CMN (Conselho Monetário Nacional).

Ao se reportar ao congelamento previsto pelo governo, ainda no 1º relatório bimestral de receitas e despesas, no mês passado, o ministro Jorge Oliveira apontou que “o contingenciamento anunciado, de R\$ 20,7 bilhões, mira no limite inferior da meta”, de maneira semelhante ao

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

CMN (Conselho Monetário Nacional).

Ao se reportar ao congelamento previsto pelo governo, ainda no 1º relatório bimestral de receitas e despesas, no mês passado, o ministro Jorge Oliveira apontou que “o contingenciamento anunciado, de R\$ 20,7 bilhões, mira no limite inferior da meta”, de maneira semelhante ao

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

A motivação maior do novo alerta é a insistência do Planalto em tomar como referência o limite inferior e não o centro da meta de resultado primário, como critério para efetuar o eventual congelamento de verbas do Orçamento.

A celeuma ganhou relevo por ocasião da análise das contas federais, pelo ministro-relator Jhonatan de Jesus, que apontou o erro no acordão que permitiu a aprovação, com ressalvas, das mencionadas contas.

A despeito do ‘surraído’ discurso de ‘déficit fiscal zero’, a

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

A motivação maior do novo alerta é a insistência do Planalto em tomar como referência o limite inferior e não o centro da meta de resultado primário, como critério para efetuar o eventual congelamento de verbas do Orçamento.

A celeuma ganhou relevo por ocasião da análise das contas federais, pelo ministro-relator Jhonatan de Jesus, que apontou o erro no acordão que permitiu a aprovação, com ressalvas, das mencionadas contas.

A despeito do ‘surraído’ discurso de ‘déficit fiscal zero’, a

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

A motivação maior do novo alerta é a insistência do Planalto em tomar como referência o limite inferior e não o centro da meta de resultado primário, como critério para efetuar o eventual congelamento de verbas do Orçamento.

A despeito do ‘surraído’ discurso de ‘déficit fiscal zero’, a

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

CMN (Conselho Monetário Nacional).

Ao se reportar ao congelamento previsto pelo governo, ainda no 1º relatório bimestral de receitas e despesas, no mês passado, o ministro Jorge Oliveira apontou que “o contingenciamento anunciado, de R\$ 20,7 bilhões, mira no limite inferior da meta”, de maneira semelhante ao

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

ocorrido nos relatórios de 2024.

Incisivo em seu voto, Oliveira assinalou que “a adoção do limite inferior da meta como referência para a condução da política fiscal pode elevar o risco de descumprimento das metas fiscais, afetar a credibilidade do arcabouço fiscal e comprometer a gestão de exercícios futuros”.

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

A motivação maior do novo alerta é a insistência do Planalto em tomar como referência o limite inferior e não o centro da meta de resultado primário, como critério para efetuar o eventual congelamento de verbas do Orçamento.

A celeuma ganhou relevo por ocasião da análise das contas federais, pelo ministro-relator Jhonatan de Jesus, que apontou o erro no acordão que permitiu a aprovação, com ressalvas, das mencionadas contas.

A despeito do ‘surraído’ discurso de ‘déficit fiscal zero’, a

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

A motivação maior do novo alerta é a insistência do Planalto em tomar como referência o limite inferior e não o centro da meta de resultado primário, como critério para efetuar o eventual congelamento de verbas do Orçamento.

A celeuma ganhou relevo por ocasião da análise das contas federais, pelo ministro-relator Jhonatan de Jesus, que apontou o erro no acordão que permitiu a aprovação, com ressalvas, das mencionadas contas.

A despeito do ‘surraído’ discurso de ‘déficit fiscal zero’, a

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

A motivação maior do novo alerta é a insistência do Planalto em tomar como referência o limite inferior e não o centro da meta de resultado primário, como critério para efetuar o eventual congelamento de verbas do Orçamento.

A despeito do ‘surraído’ discurso de ‘déficit fiscal zero’, a

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

CMN (Conselho Monetário Nacional).

Ao se reportar ao congelamento previsto pelo governo, ainda no 1º relatório bimestral de receitas e despesas, no mês passado, o ministro Jorge Oliveira apontou que “o contingenciamento anunciado, de R\$ 20,7 bilhões, mira no limite inferior da meta”, de maneira semelhante ao

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo